

A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA BRASILEIRA NO ENSAIO DE JAYME ABREU, ANOS DE 1950

Maria Antônia Teixeira da Costa

Introdução

O presente texto apresenta uma reflexão sobre a educação secundária no Brasil, a partir da análise do ensaio¹ de Jayme Abreu, apresentada no Seminário Interamericano de Educação Secundária, realizado em Santiago do Chile em 1955.

O referido documento é dividido por temas e subtemas que são: Tema 1 – Natureza e fins da educação secundária; Tema 2 – Organização e administração; Tema 3 – Currículos e programas; Tema 4 – Métodos e técnicas; Tema 5 – O professorado.

Para analisar esses temas, Abreu (2005) recorre aos estudos sobre a realidade educacional, além de relatórios e legislação, entre eles: “A crise brasileira” de Hélio Jaguaribe; “A cultura brasileira”, de Fernando de Azevedo; “The american teacher evolution of a profession in a democracy”, de Williard S. Elsbree; “Les Trois ages du Brésil: essai de politique”, de Charles Morazé; Relatório Geral da Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diante da apresentação inicial do documento em apreço, questionamos: como é avaliado o ensino secundário no que se refere à sua natureza e os fins da educação? Como é posta a organização da educação secundária nos anos de 1950

¹ *O ensaio* reflete sobre o ensino secundário a partir principalmente do levantamento sobre esse ensino no Rio de Janeiro, capital do Brasil à época até 1960, solicitado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e elaborado por Abreu (2005).

no Brasil? Que relações podemos estabelecer entre o contexto histórico e social brasileiro dos anos de 1950 e os objetivos da educação secundária?

Para respondermos a essas questões, consideramos como fonte principal o documento de Jayme Abreu, além desse, outros, como: Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942; a Constituição da República Federativa do Brasil de 1946; o Manifesto, mais uma vez convocados e autores que tratam da temática como Teixeira (1977).

O ensaio de Jayme Abreu sobre o ensino secundário no Brasil é considerado por Anísio Teixeira (2005) como uma exposição crítica e corajosa sobre o ensino secundário, resultante da longa experiência de Jayme Abreu com esse ramo de ensino, como inspetor, o que lhe permitiu segurança e intrepidez necessárias à análise.

O artigo está estruturado em quatro tópicos: uma breve biografia de Jayme Abreu; o contexto educacional brasileiro dos anos 1950; a natureza e os fins da educação secundária; o currículo e os programas de ensino.

Uma Breve Biografia de Jayme Abreu ²

Jayme Abreu nasceu em Salvador, Bahia, a 16 de fevereiro de 1909, filho de José Sá de Abreu e de Alice Gama Abreu, ambos católicos. Casou-se com D. Celina Balallai Abreu, com quem teve dois filhos.

Fez seus estudos básicos no Ginásio da Bahia. Formou-se em Medicina em 1930 na Faculdade da Bahia. Trabalhou

² A biografia tomou como referência o estudo de FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil*. Da colônia aos dias atuais. UFRJ/ Fundação Universitária José Bonifácio. MEC/ INEP, 1999.

em alguns hospitais e simultaneamente a partir de 1927, exerceu o cargo de Inspetor de Ensino no ginásio em que estudou. Em 1931, foi nomeado Inspetor Federal da Educação e Saúde para o ensino secundário.

Jayme Abreu se desvinculou de sua área e tornou-se um autodidata em educação. Em 1942 foi nomeado para o cargo de técnico da Secretaria de Educação do Estado, quando iniciou sua aproximação com Anísio Teixeira. Foi assessor de Anísio Teixeira quando este assumiu o cargo de Secretário de Educação da Bahia.

Em 1949, Anísio Teixeira confiou-lhe a Superintendência do Ensino Médio, setor em que veio a ser conceituado especialista e ao assumir o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Anísio cria a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) e novamente convoca Jayme Abreu para coordenar os projetos do ensino médio. Entre outros estudos, o Relatório sobre a educação secundária no Brasil foi produzido por ele e apresentado num Seminário em Santiago do Chile, em janeiro de 1955.

Jayme Abreu faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de fevereiro de 1973.

O Contexto Educacional Brasileiro nos Anos de 1950

Para compreendermos o contexto educacional brasileiro dos anos 1950, sentimos necessidade de rever as décadas de 1930 e 1940, visto a luta pela democratização da escola através dos pioneiros da escola nova, bem como visto as Leis Orgânicas do Ensino.

De 1937 a 1945, vivenciamos no Brasil uma estrutura política denominada de Estado Novo. Nesses anos o presidente da nação, Getúlio Vargas, governou o nosso país atra-

vés de decretos-leis. Um desses foi o Decreto Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário. As chamadas “Leis Orgânicas do Ensino” foram outorgadas pelo então presidente e posteriormente por José Linhares, durante o governo provisório (1946-1947) e tinham como objetivo maior uma organicidade do sistema de ensino que até então era estruturado por cada Estado brasileiro.

A esse respeito, Teixeira (2005) ao tratar da administração pública no Estado Novo, faz uma crítica ferrenha e considera que o Brasil passou por uma coqueluche fascista, apesar de, para ele, não ter sido um país integralmente totalitário. Entretanto, o espírito das leis do chamado Estado novo foi o de mais extrema centralização, uniformização e mecanização da administração pública. Foi uma concentração extrema do poder quando o Estado elaborou um conjunto de leis centralizadoras e uniformizadoras na organização política, jurídica e administrativa do país.

Após o Estado Novo, houve uma perspectiva peculiar de democratização da sociedade com a Constituição de 1946, pois nem todos os partidos puderam ter existência legal e a ausência de liberdade partidária total e o populismo macularam a democracia liberal. De acordo com essa Constituição, a União deveria fixar as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. O processo de elaboração da LDBEN foi iniciado com a instalação de uma comissão de educadores incumbidos de elaborar um projeto para a referida Lei (GHIRALDELL JÚNIOR, 2001).

No pós-Segunda Guerra Mundial o Brasil passou a implementar uma política de desenvolvimento na indústria e nos anos de 1950 essa política ganhou força com as mudanças que acontecem no mundo, como os dois blocos econômicos, URSS e EUA, que se estruturam e se organizam numa Guerra Fria.



Nesse sentido foi criada, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com o objetivo de fomentar o processo de industrialização nesse contexto. Aconteceu um desenvolvimento na indústria com a Hidrelétrica de São Francisco, a criação da Petrobras em 1953 e a expansão da Companhia siderúrgica. Dando continuidade a essa política, no campo econômico no Brasil, em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com vistas à modernização política, econômica, social, educacional; nessa mesma direção, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (GONÇALVES, 2012).

O debate sobre o ensino médio no Brasil nos anos 1950 estava fortalecido, resultante, dentre outros aspectos, da luta pela educação pública, gratuita para todos desenvolvida nos anos 1930, especialmente com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; do avanço da industrialização e os objetivos da educação secundária que já não representavam os interesses da população; das campanhas realizadas por Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira coordenou, nos anos de 1952-1964, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Ele mobilizou o INEP criando Campanhas denominadas de Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME); Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), em 1953, cujo objetivo consistia em elevar o nível do ensino secundário; Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Instituída pela Portaria Ministerial nº 160 de 26 de março de 1953, a CILEME visava reunir dados sobre os sistemas estaduais de ensino, introduzindo a pesquisa de levantamentos e de diagnóstico e a perspectiva do planejamento educacional para cada estado brasileiro. A



segunda campanha, a CALDEME estava voltada para a produção de material didático de boa qualidade (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1954).

Em 1955, essas campanhas foram substituídas pela criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) no Rio de Janeiro, em colaboração com a UNESCO, e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco (ARAÚJO, 2006, in: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100017&lng=es&nrm=iso&tlng=es&userid=-2).

A Natureza e Fins da Educação Secundária

Na Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942, o ensino secundário pode ser compreendido com um dos ensinos do segundo grau. Vejamos: a referida Lei ao tratar da ligação do ensino secundário com as outras modalidades de ensino diz em seu artigo 9º, ponto 2 – “Estará o curso ginásial vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau [...]”. O ensino secundário era um ramo do ensino de 2º grau, assim como o era o ensino normal, o ensino industrial, o ensino agrícola e o ensino comercial.

Desse modo, a organização do ensino com essa leitura pode ser caracterizada da seguinte forma:

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO NOS ANOS 1940 APÓS A DECRETAÇÃO DAS LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO

ENSINO PRIMÁRIO				
Fundamental (4 anos)	Complementar (1 ano)			Supletivo (2 anos)
ENSINO DE SEGUNDO GRAU				
Ensino Secundário (1942)	Ensino Normal (1946)	Ensino Industrial (1942)	Ensino Comercial (1943)	Ensino Agrícola (1946)
1 ^o Ciclo (4 anos) Ginásio	1 ^o Ciclo (4 anos)	1 ^o Ciclo (4 anos)	1 ^o Ciclo (4 anos)	1 ^o Ciclo (4 anos)
2 ^o Ciclo (3 anos) Clássico ou Científico	Curso Normal Regional Escola Normal Instituto de Educação 2 ^o Ciclo (3 anos)	Ensino Industrial Ensino de Mestria Ensino Artesanal no SENAI 2 ^o Ciclo (3 anos)	Comercial Básico nas Escolas de Comércio 2 ^o Ciclo (3 anos)	Iniciação Agrícola 2 anos – Escola de Iniciação Agrícola Mestria Agrícola 2 anos – nas Escolas Agrícolas 2 ^o Ciclo (3 anos)
ENSINO SUPERIOR	ENSINO SUPERIOR FACULDADE DE FILOSOFIA	ENSINO SUPERIOR NA ÁREA TÉCNICA	ENSINO SUPERIOR NA ÁREA	ENSINO SUPERIOR NA ÁREA

Quadro elaborado com base nas Leis Orgânicas de Ensino

Compreendemos o ensino secundário como o que nos referenda Abreu (2005, p. 42) “O termo escola secundária, no Brasil, em seu sentido técnico, corresponde a segunda grande divisão da escala educacional, de cujo tronco (ensino médio)

é o ramo julgado mais importante". O primeiro tronco seria o primário; o segundo, o ensino médio e o terceiro tronco o ensino superior.

Ao abordar a natureza e os fins da educação, Abreu (2005), enfoca que os objetivos gerais, legais, da escola secundária brasileira, são os formulados através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942. Conforme o Artigo 1º o ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Abreu (2005), em seu ensaio, faz uma crítica sobre o funcionamento da escola secundária, visto que para ele esses objetivos não são postos em prática, o ideal institucional fica além de sua efetivação. Ele mostra que o tempo que o estudante fica na escola é muito pouco. São 160 dias letivos, além disso, as salas são numerosas com 40 alunos. Quanto às práticas vigentes na escola secundária a revelam como uma instituição conservadora, apenas transmissora da herança cultural e não construtora dos ideais da cultura. Para ele, a escola secundária feita para a classe dominante começou a receber jovens das camadas populares e seus princípios começaram a apresentar uma grande desarmonia

Imbuída do espírito de instituição propedêutica de academia, não tem a escola secundária nacional considerado devidamente as consequências dessa progressiva incorporação de camadas heterogêneas da população

à sua clientela. Mantém-se presa a fórmulas e estilos acadêmicos, dominada por um humanismo beletrista de inspiração clássica que, sobre não corresponder a uma concepção atualizada de humanismo, está longe de atender às multiformes exigências de uma considerável massa de interesses e necessidades do seu discipulado (ABREU, 2005, p.41).

Para ele, a escola secundária tem sido um habitat de uma classe média em ascensão social. Essa estratificação a tem levado a uma crise estrutural pelo desajuste de suas práticas em relação aos interesses do alunado, visto as práticas verbalistas que lá acontecem, bem como a cultura cristalizada, medievalista que não passou pelo crivo da Reforma e do Renascimento.

Concordamos com Abreu (2005), ao afirmar que, com o surto industrial que estava acontecendo no Brasil dos anos 1950, a clientela e as decorrentes mudanças nos estilos de vida, o verbalismo da escola perdeu o sentido.

A esse respeito, Teixeira (1977) enfatiza o privilégio de uma minoria brasileira que tinha acesso à escola em Confe-rência pronunciada em 1953 na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. No Brasil, em 1950, “numa população de 8.950.000, conseguimos alfabetizar 3.400.000, isto é, 38%, conservando analfabetos para engrossar a grande fileira dos que nos vão ajudar a ser “privilegiados” 5.500.000 brasileiros” (TEIXEIRA, 1977, p.23). Essa população citada por Teixeira refere-se aquela de menos de 15 anos e mais de 7.

Em 1954 o Brasil tinha “1.768 escolas *secundárias* equiparadas ou reconhecidas, contra 1.656 em 1953, funcionaram no país, das quais 616 no D. Federal e capitais estaduais e 1.152 no interior. Das escolas referidas, quase 80% são particulares e 62% localizam-se

em apenas 4 unidades federadas: São Paulo (26%), Minas Gerais (17%), D. Federal (10%) e Rio Grande do* Sul (9%). Além dessas, há os estabelecimentos federais, como o Colégio Pedro II Externato e Internato e os de ensino emendativo. de 1.942 (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XXIII, janeiro-março, 1955, Nº 57).

A inspiração humanista prevalecente na escola secundária direciona o “humano” identificando-o com a lingüística e a literatura. Em nome desses princípios aristocráticos se impõem os sete anos compulsórios de latim e o ensino de três línguas modernas.

O arcaísmo da escola brasileira é grande – a atividade escolar consiste em “aulas”, que os alunos “ouvem”, algumas vezes tomando notas, e “exames em que se verifica o que sabem, por meio de provas escritas e orais. Os alunos memorizam e repetem os conteúdos oralmente ensinados nas aulas. O ensino estava baseado numa pedagogia que poderia funcionar perfeitamente num escola da Idade Média. Os alunos aprendiam recebendo informações sistematizadas, decorava-as e reproduzia nos exames. E assim os professores ensinam por esse método expositivo, informações teóricas sobre as línguas (latim, português, francês, inglês, espanhol) sobre a geografia e a história, sobre as ciências e até sobre a música e o trabalho manual. Como a escola é de “cultura geral” nada tem de caráter prático. Raramente se consegue ler ou escrever qualquer uma daquelas línguas (ABREU, 2005)

Há uma cultura humanista que nunca foi democrática, enfatiza ele, citando Fernando de Azevedo.

Visando, legalmente, a uma formação humanística que não é entendida como o humanismo moderno e que não tem, aliás, condição de realizar na prática, funciona a escola secundária brasileira rigidamente em termos

de escola propedêutica para cursos superiores, o que também não chega a conseguir eficazmente, nem é a finalidade para a qual serve (ABREU, 2005, p.42).

O Currículo E Programas Do Ensino Secundário

Conforme o Artigo 10 da Lei Orgânica do Ensino o curso ginásial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática. Ciências naturais, História Geral, História da Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho, Canto Orfeônico. Essas disciplinas citadas no Artigo 10, eram organizadas em séries, reza o Artigo 11 da Lei Orgânica do Ensino, da seguinte forma:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil 9) Desenho. 10) Canto orfeônico (ARTIGO 11 DA LEI ORGÂNICA DO ENSINO).

Quanto às disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico, diz o artigo 12, são as seguintes: Português, Latim. Grego, Francês, Inglês, Espanhol,. Matemática, Física, Química, Biologia, História geral, História do Brasil, Geografia geral, Geografia do Brasil, Filosofia,. Desenho. "Art. 13. As disciplinas indicadas no artigo anterior são comuns aos

curso clássico e científico, salvo o latim e o grego, que somente se ministrarão no curso clássico, e o desenho, que se ensinará somente no curso científico”. O artigo 14 dispõe as disciplinas do curso clássico na seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) História geral. 8) Geografia geral.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou Inglês 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) Física. 8) Química. 9) História geral. 10) Geografia geral.

Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História do Brasil. 9) Geografia do Brasil. 10) Filosofia.

Quanto às disciplinas do curso científico, conforme o Artigo 15 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, terão a seguinte seriação:

Primeira série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Espanhol. 5) Matemática. 6) Física. 7) Química. 8) História geral. 9) Geografia geral

Segunda série: 1) Português. 2) Francês. 3) Inglês. 4) Matemática. 5) Física. 6) Química. 7) Biologia. 8) História geral. 9) Geografia geral 10) Desenho.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física. 4) Química. 5) Biologia. 6) História do Brasil. 7) Geografia do Brasil. 8) Filosofia. 9) Desenho.

Abreu (2005) fala que é um currículo estanque, sem relação com as experiências dos educandos. Ele aponta que há algumas tentativas isoladas de renovação pedagógica, como o Colégio de Nova Friburgo e da Fundação Getúlio Vargas, mas muitos encaram essas tentativas como camisas de força da uniformidade pedagógica oficial. Em virtude dessa situação, não se fazem maiores objeções. Para o autor do ensaio a

rígida organização desse currículo não identifica um espírito democrático. É um currículo elaborado á base da tradição das opiniões pessoais de dirigentes ocasionais da educação, sem consultas, estudos amplos, objetivos.

Sobre essa estrutura do currículo cita Abreu (2005, p.64)

Sua estruturação vem se esclerosando, rígida, uniforme, estática, monolítica; suas perspectivas da mais simples revisão dão aparência de abalos sísmicos, pela grande agitação de superfície e personalismo de opiniões emocionalmente extremadas que acarretam.

A situação é difícil, caso alguém da comunidade optasse por outra língua ao invés de latim logo as vozes se levantariam contra o atentado ao legado da cultura romana.

Crítica o autor do ensaio, muitas poucas organizações tem se dedicado aos problemas do currículo, O professor não participa ativamente na sua elaboração, nesse sentido, não o compreende melhor. Para ele, esse currículo atende a apenas 10% da clientela que frequentou a escola secundária como preparatória para os cursos superiores. O conceito mais vigente a respeito de currículo é o de entendê-lo como “cursos de estudo” e não como todas as experiências que os alunos tenham sob a orientação da escola, sejam elas em classe ou extraclasse. As tentativas de flexibilidade de sua composição e descentralização de poder não têm alcançado sucesso. Porém, a União fez uma grande concessão a respeito de execução de currículo da escola secundária, nos últimos tempos, foi a da Portaria nº 81, da Diretoria do Ensino Secundário (de 13 de fevereiro de 1953), dando aos colégios a prerrogativa de liberdade nos horários para ensino das matérias componentes do currículo.

A elaboração dos programas de estudos não vem sendo descentralizada, conforme ensaio em apreço, nem é democrá-

tica a sua elaboração. Retomando a história é enfatizado no documento que antes de 1931 eram o Colégio Pedro II e os ginásios estaduais que elaboravam esses programas, mas com a Reforma de Francisco Campos em 1931 essa competência é transferida a comissões de professores escolhidos pelo Ministro da Educação. Em 1951, reconferiu-se ao Colégio Pedro II a prerrogativa de elaborar os seus próprios programas.

No ensaio supracitado são apresentadas as críticas mais comuns e aceitas aos programas que por muito tempo vigoraram na escola secundária

- a) Os programas oficiais não eram verdadeiramente programas, isto é, plano de atividades para um fim; assemelhavam-se mais a listas de títulos ou tópicos de índices de livros, sem maior ênfase na orientação aos professores, não esclarecendo os objetivos básicos desejáveis para o ensino, com a sugestão das práticas didáticas mais indicadas a alcançar os objetivos visados;
- b) Os programas não eram propostos em correspondência com as finalidades dos cursos de estudo, isto é, suas listas de assuntos não se relacionavam com os objetivos de formação da personalidade, sentido de socialização, desenvolvimento do espírito cívico, artístico etc.;
- c) Habitualmente os programas eram imensos, inçados de minúcias e de requintes eruditos e especiosos, sobrecarregados de nomes, datas, exceções, sem adequação ao nível mental e às necessidades dos adolescentes, como se fossem feitos em função do exibicionismo de especialistas;
- d) Os programas de estudo de música e canto orfeônico e de trabalhos manuais, por sua pesada carga teórica, convertiam saudáveis práticas educativas criadoras em suplício para os alunos;



- e) Não havia proporção entre a escassa duração do ano letivo, o número de aulas por matérias e a extensão dos programas, que quase nunca eram vencidos, embora limitando-se os docentes à exposição dos seus tópicos, sem qualquer tempo para recapitulações, controle da aprendizagem etc.

Conforme Abreu (2005) educadores mais esclarecidos solicitam a elaboração desses programas através de comissões permanentes e que estas ouvissem a comunidade escolar, professores, pais, alunos. O que prevaleceu naqueles anos de 1950 foi à elaboração desses programas por uma só corporação para adoção em todo o País, sem um mínimo de oportunidade a qualquer autonomia local, salvo na parte de sua execução, visto a atuação do professor.

Considerações Finais

Houve nos anos 1950 uma efervescência na política educacional brasileira com as diversas campanhas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, bem como uma retomada do Manifesto dos Pioneiros da Educação, exigindo um ensino para todos. Os dados estatísticos apresentados por Abreu demonstram o grande crescimento que o ensino secundário teve com o número de alunos matriculados, bem como de professores e escolas, mas ainda havia muitos fora dessa escola.

Nesse sentido, reafirmamos o que Abreu (2005) nos diz: a escola secundária apesar de ainda se constituir para a classe dominante, com o advento da industrialização abria suas portas para uma classe média em ascensão, entretanto seu currículo continuou oferecendo conteúdos desvinculados da realidade do mundo do trabalho e apenas sendo transmis-

sora de uma cultura dita humanista que não passou pelo crivo da modernidade.

A escola, sob essa ótica, continuou arcaica em sua organização e desinteressada para a maioria dos jovens que lá estudavam, ou como diz o documento, uma escola com uma tradição retórica e literária que se tornou imotivada para a maioria daqueles a que se destina.

Sobre a avaliação do ensino secundário no que se refere à natureza e os fins da educação, como ainda acontece nos dias de hoje, seus objetivos não são postos em prática, o ideal institucional fica além de sua efetivação. Quanto às práticas vigentes na escola secundária a revelam como uma instituição conservadora, apenas transmissora da herança cultural e não construtora dos ideais da cultura.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, como as demais elaboradas nos anos 1940, foi resultante de um Governo que apregoava o amor a Pátria, o Civismo, entretanto, exercia uma intensa repressão à liberdade e a autonomia dos indivíduos a sociedade era organizada através da repressão exercida pelo Conselho de Segurança Nacional. A política do ensino do Estado Novo era para que o secundário continuasse formando seus quadros para darem prosseguimento à organização da sociedade.

Por fim, o relatório de Jayme Abreu é um documento substancial, bem elaborado, apresenta dados estatísticos relevantes e merece ser revisitado para a compreensão do ensino médio hoje no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jaime. A educação secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasi-*



leira de Estudos Pedagógicos, v.1, n.1, julho, 1944). Brasília: O Instituto, 1944 (Publicada em outubro de 2005) p.39-84.

BRASIL. Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário – 01 de abril de 1942: In: _____. *Ensino Secundário no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1952.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. UFRJ/ Fundação Universitária José Bonifácio. MEC/INEP, 1999.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. As Relações Brasil-CEPAL (1947-1964). Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/BrasilCEPAL.pdf> (acesso em 28 de janeiro de 2012).

GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Geraldo Bastos Silva e a crítica do ensino secundário brasileiro na segunda metade do século XX. *Revista HISTEDBR On-line* Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 119-129, jun2012 – ISSN: 1676-2584 122.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Vida educacional. *A educação brasileira nos meses de janeiro a março de 1954 publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Ministério da Educação e Cultura*, v. XXI, abr./jun. 1954, n.º 54.

RESENHA do livro organizado por Marta Maria de Araújo e Iria Brzezinski. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 288p. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100017&lng=es&nrm=iso&tlng=es&userID=-2 (acesso em 21 de novembro de 2012).



TEIXEIRA, Anísio S. *Educação não é privilégio*. 4. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. (Atualidades Pedagógicas, v. 130).

_____. Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 17, n. 46, 1952. p.69-79.

XAVIER, L. Nacif. *Visões sobre a escola elementar brasileira na década de 1950*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revis-taedufoco/files/2010/02/03.pdf> (acesso em: 21 dez. 2012).